

IDENTIDADE, PROFISSIONALIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS EDUCADORES SOCIAIS: DIÁLOGOS SOBRE OS DESAFIOS E PERSPECTIVAS¹

*IDENTITY, PROFESSIONALIZATION, AND TRAINING OF SOCIAL EDUCATORS:
DIALOGUES ON CHALLENGES AND PERSPECTIVES*

*IDENTIDAD, PROFESIONALIZACIÓN Y FORMACIÓN DE EDUCADORES SOCIALES:
DIÁLOGOS SOBRE DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS*

Fernanda dos Santos Paulo

Doutora em Educação. Docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Participante do Movimento de Educação Popular da Associação de Educadores Populares de Porto Alegre, do Fórum Nacional de Educadores Sociais e do Fórum de EJA do Rio Grande do Sul. Integrante da Rede Unitwin/Cátedra UNESCO Cidade que Educa e Transforma pela UFRGS-FACED.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8022-9379>

e-mail: fernandapaulofreire@gmail.com

Charles Rafael Brito

Graduado em história, licenciatura plena, Educador Social no município de Gravataí, RS, Brasil. Participante da Associação dos Educadores Sociais, Cuidadores e Orientadores Sociais de Gravataí – ASSECOSG.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-4231-5767>

e-mail: charlesmafalda@gmail.com

RESUMO

Este artigo investiga os desafios enfrentados pelos educadores sociais no Brasil, destacando a falta de regulamentação e as condições precárias de trabalho que afetam sua identidade e profissionalização. O objetivo é explorar a relação entre a formação e a construção da identidade profissional, evidenciando as tensões cotidianas. Utiliza-se a metodologia de diálogo problematizador, analisando conversas entre educadores e textos acadêmicos, com o WhatsApp como espaço de trocas. Conclui-se que a fragmentação da identidade é consequência da dificuldade de articular teoria e prática, agravada pela ausência de políticas de valorização e formação específica. A Educação Popular é vista como uma contribuição essencial para consolidar a profissão e fortalecer o papel transformador dos educadores sociais.

Palavras-chave: Educação social; Educação Popular; Identidade profissional; Formação intersetorial.

ABSTRACT

This article investigates the challenges faced by social educators in Brazil, highlighting the lack of regulation and precarious working conditions that impact their identity and professionalization. The objective is to explore the relationship between training and the construction of professional identity, evidencing everyday tensions. The problem-posing methodology is used, analyzing conversations among educators and academic texts, with WhatsApp serving as a platform for exchanges. The study concluded that the fragmentation of

¹Este artigo integra a pesquisa intitulada “Educação Popular: história, contextos, sujeitos no Brasil e na América Latina” (UFRGS-FACED) e a Rede Unitwin/Cátedra UNESCO Cidade que Educa e Transforma.

identity results from the difficulty in linking theory and practice, exacerbated by the absence of policies for recognition and specific training. Popular Education is seen as an essential contribution to consolidating the profession and strengthening the transformative role of social educators.

Keywords: Social education; Popular Education; Professional identity; Intersectoral training.

RESUMEM

Este artículo investiga los desafíos que enfrentan los educadores sociales en Brasil, destacando la falta de regulación y las condiciones laborales precarias que afectan su identidad y profesionalización. El objetivo es explorar la relación entre la formación y la construcción de la identidad profesional, evidenciando las tensiones cotidianas. Se utiliza la metodología de diálogo problematizador, analizando conversaciones entre educadores y textos académicos, con WhatsApp como espacio de intercambio. Se concluye que la fragmentación de la identidad es consecuencia de la dificultad de articular teoría y práctica, agravada por la ausencia de políticas de valorización y formación específica. La Educación Popular se percibe como una contribución esencial para consolidar la profesión y fortalecer el papel transformador de los educadores sociales.

Palabras clave: Educación social; Educación Popular; Identidad profesional; Formación intersectorial.

INTRODUÇÃO

Este artigo de reflexão, elaborado por dois autores com ampla experiência prática e de pesquisa no campo de atuação de educadores sociais e na Educação Popular, busca aprofundar a análise crítica sobre os desafios da identidade, profissionalização e formação dos educadores sociais no Brasil. Baseando-se em metodologias dialógicas e fundamentadas na Educação Popular freiriana, nós, os autores, exploramos as complexas interseções entre teoria e prática, articulando saberes construídos na experiência cotidiana e na pesquisa acadêmica. A análise parte de diálogos reflexivos e interativos, sustentados por práticas profissionais em contextos socioassistenciais, e se ancora em discussões teóricas atualizadas para oferecer uma interpretação abrangente e crítica das condições que afetam a atuação desses educadores. Tal abordagem reflete a integração entre vivências concretas e produção intelectual, reafirmando o compromisso dos autores com a transformação social e a construção de saberes emancipatórios.

O nosso propósito é analisar a relação entre a formação e a construção da identidade profissional dos educadores sociais no Brasil, em meio às tensões impostas pela precarização das condições de trabalho e a ausência de regulamentação específica. A pesquisa intitulada “Educação Popular: história, contextos, sujeitos no Brasil e na América Latina”, avança ao propor um diálogo fundamentado na Educação Popular e na metodologia dialógica freiriana, evidenciando as possibilidades de transformação da

prática educativa e de fortalecimento identitário desses profissionais por meio de políticas públicas e ações formativas intersetoriais.

Portanto, a metodologia utilizada em nosso artigo é baseada no diálogo problematizador inspirado por Paulo Freire. Trocamos diálogos e perguntas no WhatsApp em setembro de 2024, a fim de problematizar questões centrais sobre a profissionalização, formação e identidade desses educadores.

O educador social, especialmente no contexto brasileiro, desempenha um papel fundamental na promoção dos direitos sociais e na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, atuando a partir de uma Pedagogia dos Direitos Sociais. Este artigo propõe discutir a identidade e os desafios da profissionalização e formação dos educadores sociais no Brasil, estabelecendo um diálogo fundamentado nos princípios da Educação Popular, com ênfase em uma concepção crítica e libertadora da educação.

Aqui, é importante destacar que a educação libertadora, como prática pedagógica, pressupõe uma ação educativa que vai além da simples transmissão de conhecimentos. Ela envolve a problematização da realidade e a promoção da consciência crítica, conforme defendido por Paulo Freire. No entanto, surge uma questão central: onde, e de que forma, o educador social pode concretizar essa prática pedagógica no seu trabalho cotidiano?

O educador social, ao assumir uma postura crítica e comprometida com a transformação social, realiza um ato político em sua atuação. Esse ato se dá nos espaços de interação com os sujeitos da sua prática, seja em comunidades, escolas, movimentos sociais ou outros contextos de vulnerabilidade. É nesses ambientes que o educador social exerce sua função pedagógica, promovendo a emancipação e a autonomia dos sujeitos, ao mesmo tempo em que contribui para a construção de uma sociedade mais democrática e equitativa.

A data de 19 de setembro, dia do nascimento de Paulo Freire, é um marco na história da Educação Popular e dos educadores sociais, servindo de inspiração para refletirmos sobre a atuação desses profissionais, suas conquistas e desafios futuros.

A atuação do educador social no Brasil, apesar de ter sido reconhecida por leis e resoluções importantes, como a Resolução CNAS n.º 9/2014 e a Lei Federal n.º 13.580/2017, ainda enfrenta grandes desafios no que diz respeito à sua regulamentação e formação específica. A multiplicidade de nomenclaturas (como facilitador, monitor, instrutor, entre

outras) e a precarização das condições de trabalho fragmentam a identidade profissional desses trabalhadores, dificultando o reconhecimento de suas funções no âmbito das políticas públicas.

A construção de uma identidade sólida para o educador social exige o aprofundamento nas questões relacionadas à sua formação acadêmica, bem como a adoção de políticas públicas que fortaleçam sua posição dentro da sociedade. Nesse sentido, as práticas fundamentadas na Educação Popular freiriana oferecem um caminho promissor para a valorização dessa profissão, ao enfatizar a importância de uma educação crítica, participativa, dialógica e intersetorial.

Metodologia

Este artigo utiliza a metodologia de diálogo problematizador e diretivo, como proposto por Paulo Freire, com base em uma troca de perguntas e respostas entre educadores sociais advindas de uma conversa informal no WhatsApp. O diálogo também foi realizado via WhatsApp durante o mês de setembro de 2024, e sistematizado em um formato que permite a reflexão crítica sobre a prática profissional. Foram analisados dois artigos principais, que abordam a questão da identidade e da profissionalização do educador social, além de uma conversa entre os autores sobre o tema. Os artigos fazem parte da conversa informal inicial, da qual surgiu a proposta de um diálogo mais diretivo em torno do processo de construção da identidade e os desafios de profissionalização e formação dos educadores sociais.

A principal questão abordada neste artigo é: *como a falta de regulamentação e a precarização das condições de trabalho impactam a construção da identidade e a formação dos educadores sociais?* A fragmentação das funções, aliada à ausência de uma formação específica e intersetorial, são obstáculos que devem ser superados para que essa profissão ganhe o reconhecimento devido no Brasil.

Essa problemática será discutida a partir de uma análise das práticas atuais dos educadores sociais, comparando diferentes perspectivas sobre a identidade e a profissionalização, conforme discutido nos textos analisados

Formação acadêmica e a construção da identidade do educador social²

Nesta seção, discutimos o papel central da formação acadêmica na construção da identidade profissional do educador social, a partir de uma análise crítica dos textos “Educador social: uma identidade a caminho da profissionalização?” (Silva, 2009) e “Educador social e educador popular: pautas da formação acadêmica-profissional” (Paulo; Trevisan, 2022). Ambos os textos abordam a identidade do educador social como um processo em construção, marcado por ambiguidades e tensões relacionadas à sua regulamentação e às condições precárias de trabalho. Aqui, exploramos como essas questões impactam diretamente a trajetória formativa e as práticas dos educadores sociais no Brasil.

Silva (2009) discute que a identidade do educador social é permeada por ambiguidades e que sua prática reflete as condições precárias de trabalho. Já Paulo e Trevisan (2022) apontam que não há consenso sobre a identidade da profissão de educador social, destacando a disputa em torno de sua regulamentação.

Ambos os textos destacam a importância da formação acadêmica para o educador social. Silva (2009) sugere que a universidade é um campo dinâmico para a construção de saberes que podem ressignificar o trabalho do educador social. Paulo e Trevisan (2022) também veem a formação como um ponto central nas disputas sobre a regulamentação da profissão e abordam as diferentes compreensões acerca da necessidade e do tipo de formação exigida.

A crítica à desvalorização da profissão e à precariedade do trabalho aparece nos dois textos. Silva (2009) menciona a precariedade como uma das principais causas de frustração para os educadores sociais, o que impacta diretamente sua identidade e profissionalização. Paulo e Trevisan (2022) ampliam essa crítica ao discutir a invisibilidade do educador social no contexto universitário e as tensões relacionadas à falta de regulamentação e reconhecimento profissional.

Segundo Paulo e Trevisan (2022), existe uma distinção clara entre educador social e educador popular, algo que não é o foco do texto de Silva (2009). As autoras argumentam que o educador popular é um militante da Educação Popular, enquanto o

² Esta seção tem interface com os projetos de extensão que realizamos entre UFRGS, IFRS e AEPPA (Associação de Educadores Populares de Porto Alegre).

educador social está ligado a uma ocupação profissional embora, muitas vezes, ainda é caracterizado como um “missionário” (Silva, 2009). Essa diferenciação não aparece explicitamente no trabalho de Silva (2009), que se concentra mais na identidade do educador social dentro do contexto de precariedade e desvalorização.

Salientamos que Silva (2009) critica o caráter “missionário” que, muitas vezes, permeia a prática do educador social, algo que estaria relacionado à falta de uma identidade profissional sólida e à ausência de condições adequadas de trabalho. Paulo e Trevisan, por sua vez, não enfocam diretamente o missionarismo, mas as disputas políticas e epistemológicas em torno da regulamentação da profissão de educador social.

Ambos os textos concordam sobre a importância da profissionalização e da formação acadêmica, bem como sobre as dificuldades enfrentadas pelos educadores sociais em termos de precariedade e desvalorização. No entanto, enquanto Silva (2009) aborda a construção da identidade a partir da prática cotidiana e do enfrentamento de condições adversas, Paulo e Trevisan (2022) expandem o debate para uma discussão maior, enfatizando as disputas sobre a regulamentação e a necessidade de uma formação diferenciada. As autoras apontam que a formação acadêmica específica para educadores sociais deveria ser uma prioridade no atual contexto, dada a natureza pedagógica, social e política do trabalho desses profissionais, apostando na criação de cursos superiores, como o curso de Pedagogia Social com ênfase em Educação Popular. Também apresentam a importância de uma formação continuada intersetorial como fundamental para a construção de uma identidade profissional e para o desenvolvimento de competências apropriadas ao trabalho em contextos socioassistenciais.

Mediante os dois textos ficou evidenciado que a formação acadêmica, quando aliada a uma prática reflexiva, é fundamental para a construção de uma identidade sólida para os educadores sociais, sendo esse um desafio atual, decorrente da ausência de uma política de formação inicial, continuada e em serviço que proporcione essa articulação e reflexão permanente entre teoria e prática. De acordo com Paulo e Trevisan (2022), com a articulação entre saberes teóricos e experienciais, os educadores podem enfrentar os desafios da precarização e afirmar sua relevância no cenário socioassistencial. Por isso, na próxima seção, aprofundaremos essas questões a partir da problematização levantada, analisando e interpretando as discussões sobre a profissionalização e a regulamentação da

profissão do educador social, com base nas convergências e divergências identificadas entre os textos estudados.

Diálogo no whatsapp entre dois educadores

Esse diálogo reflete a prática de educadores sociais em espaços não escolares institucionalizados e revela a maneira como eles constroem suas identidades profissionais, intercalando teoria e prática, em um processo contínuo de reflexão crítica sobre suas atuações. Como aponta Paulo:

a educação não escolar institucionalizada é uma prática educativa com proposta pedagógica situada em espaços de execução de políticas sociais. Ou seja, ela é uma educação formalizada, com intencionalidades e projetos educativos institucionais (2020, p. 10 *apud* Paulo 2023a, p. 72).

Nesse sentido, o educador social que se engaja em um processo formativo que exige a articulação entre a prática cotidiana e a teoria crítica, vai consolidando sua identidade profissional em meio às demandas sociais e pedagógicas específicas (Paulo, 2020). A troca entre educadores também destaca a importância de ambientes colaborativos para o fortalecimento da categoria e a promoção de uma pedagogia crítica e dialógica.

O diálogo mais diretivo se originou de uma conversa informal no whatsapp, em que sistematizamos os trechos que se referem a temas relacionados à profissão do educador social, identidade e formação.

Charles relata sobre o desejo de produzir uma dissertação sobre o papel do educador social na política de proteção social de crianças e adolescentes. Ele destaca a importância dessa profissão em contextos de vulnerabilidade social e como eles podem contribuir para políticas eficazes nessa área. Em outra parte da conversa, Charles menciona a necessidade de uma formação continuada para educadores sociais, enfatizando que a identidade profissional desses educadores é construída tanto pela formação acadêmica quanto pela experiência prática. Ele sugere que a identidade do educador social é frequentemente construída pelos desafios que enfrentam e pelas respostas que desenvolvem em suas práticas.

Fernanda relata que no artigo escrito com Elisângela, sua orientanda (Paulo; Trevisan, 2022) elas escreveram que para atuar como educador social, são necessários saberes específicos, que incluem conhecimentos pedagógicos, de ciências sociais e da realidade social vivenciada na prática. Ao explorarem o tema da formação acadêmica e profissional dos educadores sociais, diversos pontos relacionados aos saberes necessários são discutidos no texto. Abaixo estão os principais aspectos sobre os saberes mencionados, segundo Paulo e Trevisan (2022):

1. **Saberes específicos para atuação:** O educador social precisa de **saberes específicos** para atuar em contextos das políticas sociais com pessoas que têm seus direitos violados e realidades marcadas por vulnerabilidades sociais. Esses saberes são fundamentais devido à complexidade de sua ocupação, que possui uma função social, pedagógica e educativa.
2. **Saberes da prática profissional:** O artigo enfatiza a importância dos saberes construídos na prática, conhecidos como **saberes experienciais**. Esses saberes são fundamentais no processo de formação superior e são integrados aos currículos de formação dos educadores sociais. Maurice Tardif é mencionado como um autor que trabalha com a formação docente, mas cujas ideias são aplicáveis à formação de educadores sociais, especialmente no que se refere aos saberes pedagógicos, curriculares e experienciais.
3. **Saberes pedagógicos e científicos:** A formação acadêmica dos educadores sociais deve incluir saberes das ciências da educação e saberes pedagógicos, além dos saberes práticos. Esses elementos são fundamentais para garantir uma prática pedagógica dialógica, não escolar, que permita aos educadores sociais desenvolverem um trabalho transformador em seus contextos de atuação.
4. **Saberes críticos e libertadores:** Inspirando-se em Paulo Freire e na Educação Popular, o artigo destaca a necessidade de superar o senso comum com um conhecimento crítico e problematizador, construído a partir dos saberes de

experiência. Reforçam que é preciso desenvolver saberes críticos e libertadores, que vão além das experiências cotidianas, possibilitando a transformação social com práticas educativas dialógicas e críticas.

Além dos saberes pedagógicos, críticos e libertadores, também é essencial que os educadores sociais dominem as competências intersetoriais, que lhes permitam atuar em parceria com diversas áreas do conhecimento e políticas públicas. A interseção entre a educação, saúde, assistência social e direitos humanos é fundamental para que o educador social possa intervir de forma qualificada em contextos de vulnerabilidade social.

Para a continuidade das nossas conversas, a metodologia utilizada foi o diálogo diretivo, um processo de troca estruturada de perguntas e respostas entre nós dois (Fernanda e Charles), com o intuito de problematizar questões centrais sobre a profissionalização, formação e identidade do educador social. Essa metodologia facilita a reflexão crítica e promove o debate a partir de experiências práticas e teóricas, incentivando os leitores a analisar e discutir os desafios e potencialidades que envolvem o campo da educação social na perspectiva da Educação Popular.

O objetivo principal desse diálogo foi aprofundar o entendimento sobre como a formação e a construção da identidade dos educadores sociais se inter-relacionam com suas práticas cotidianas, além de explorar as tensões e demandas da profissionalização nessa área. A troca, ocorrida em setembro de 2024, foi organizada em formato de perguntas e respostas, sendo socializada, neste artigo, para promover uma maior reflexão coletiva.

Charles Brito: *Fernanda, tenho refletido sobre o papel dos educadores sociais na nossa sociedade. Você acredita que nossa formação abrange suficientemente as dimensões da identidade e do profissionalismo necessários para o trabalho de educadores sociais?*

Fernanda Paulo: Charles, sua reflexão é pertinente e necessária. Na verdade, penso que enfrentamos lacunas significativas. Como destaque nos cursos e naquele livro sobre as Cartas Pedagógicas, entendo que é muito recente a Educação Social como campo de atuação dos educadores sociais e que devido às especificidades e complexidades do trabalho exercido por esses trabalhadores, necessitamos de uma política de formação

específica, intersetorial e que contemple habilidades técnicas, mas também uma base em Educação Popular como concepção teórico-metodológica da prática educativa não escolar dos educadores sociais, abordando a identidade política, social, ética, estética e pedagógica dessa profissão.

Charles Brito: *E como você enxerga as tensões entre a formação teórica e as demandas práticas do cotidiano dos educadores sociais? Isso afeta diretamente a construção da identidade profissional?*

Fernanda Paulo: Com certeza. A formação teórica, muitas vezes, não contempla as realidades que o educador enfrenta no campo da educação social. Por isso, é fundamental uma prática reflexiva que articule teoria e prática, valorizando os saberes da experiência. Como Freire propôs, a prática sem reflexão é vazia e a teoria sem a prática é inoperante. Os cursos de formação precisam se aproximar mais dessas realidades, para que a identidade do educador social se fortaleça de maneira crítica e consciente.

Charles Brito: *E quanto à questão da identidade do educador social? Como podemos fortalecer esse aspecto?*

Fernanda Paulo: A identidade do educador social é forjada na intersecção entre teoria e prática mediante uma atuação com base nos Direitos humanos e na pedagogia dos direitos sociais. No mesmo livro que mencionei antes, argumento que é fundamental a prática reflexiva, em que o educador social deveria utilizar ferramentas como, por exemplo, as Cartas Pedagógicas para registrar suas experiências e partilha de saberes advindos da prática profissional, o que contribuiria para fortalecer sua identidade e prática profissional.

Charles Brito: *A ausência de espaço para o uso das políticas públicas realmente existe, considerando que estamos em constante atuação, tanto na UFRGS com você ali ou na AEPPA e eu atuando no município de Gravataí, como você vê a presença ou ausência desse espaço para o uso das políticas públicas?*

Fernanda Paulo: Eu acredito que não estamos lidando com uma ausência total. Estando na UFRGS e na AEPPA. Nós dois articulados em fóruns de educadores sociais, você trabalhando na função de educador social no município; então, realmente ambos estamos cotidianamente envolvidos com pautas que discutem e utilizam as políticas públicas. No entanto, é importante reconhecer que esses espaços podem não estar sendo utilizados de maneira otimizada, e isso pode gerar a percepção de uma ausência, quando, na verdade,

estamos operando em um cenário de dificuldade de articulação e de governos que não dão visibilidade para o educador social.

Charles Brito: *Como desatar o nó que parece existir na concepção de uma prática educativa e pedagógica libertadora? Onde o educador social pode realizar essa prática pedagógica considerando o conceito de ato político do educador social?*

Fernanda Paulo: Esse nó está relacionado à articulação entre o conceito de uma educação crítica e libertadora e o local onde essa prática acontece em Paulo Freire e na Educação Popular está relacionado à educação como ato político. A Educação Popular libertadora, como proposta por Freire, é um ato político e pedagógico que pode o educador social adotar ou não no exercício de suas práticas. O desafio é que educadores sociais que atuam nesses que são institucionalizados nem sempre possuem uma formação para a sua atuação profissional. Não compreendem que a Educação Popular é uma concepção político-pedagógica e não é exclusiva da educação escolar ou educação não formal, como nos Movimentos Sociais. Essa falta de clareza fragmenta a atuação e sua qualificação. No entanto, é essencial reconhecer que a prática educativa do educador social ocorre em contextos de políticas sociais e que a nossa atuação não é neutra, tampouco apenas prática, negando a teoria e a politicidade da prática educativa não escolar.

O nosso diálogo abordou questões centrais sobre a formação e identidade dos educadores sociais, destacando os desafios e as tensões que permeiam a prática pedagógica nesse campo. Um dos principais pontos levantados é a discrepância entre a formação teórica e as demandas práticas cotidianas. A falta de articulação entre a teoria e a realidade vivida pelos educadores sociais compromete tanto a qualidade da atuação quanto o fortalecimento da identidade profissional. Fernanda Paulo (2022) destaca a necessidade de uma formação que contemple a complexidade do trabalho do educador social, defendendo uma política de formação intersetorial, ancorada nos princípios da Educação Popular. Essa formação deve ir além das habilidades técnicas, incorporando dimensões políticas, sociais e pedagógicas que contribuam para a construção de uma identidade crítica e consciente.

Outro aspecto relevante é a reflexão sobre as tensões entre as políticas públicas e a prática pedagógica libertadora. A ausência ou ineficiência de espaços adequados para o

uso das políticas públicas, aliada à falta de clareza sobre o caráter político da educação social, compromete a atuação do educador social, que, muitas vezes, não reconhece o potencial emancipatório de sua prática. Fernanda argumenta que, para superar essa fragmentação, é necessário compreender a Educação Popular como uma concepção político-pedagógica que deve permear todas as esferas de atuação do educador social, sejam elas escolares ou não. A prática educativa do educador social é, portanto, um ato político, e sua profissionalização requer uma formação que valorize essa dimensão, fortalecendo sua identidade e qualificação profissional.

Outro ponto importante que surgiu no diálogo foi a necessidade de uma política pública robusta de formação continuada para os educadores sociais. Essa formação não deve se limitar à universidade, mas também incluir processos de formação em serviço, em que os educadores possam refletir sobre suas práticas cotidianas e partilhar saberes com seus pares. Somente assim será possível criar uma identidade profissional que atenda às demandas da sociedade e responda aos desafios que os educadores enfrentam diariamente.

Buscamos investigar a complexa construção da identidade e da formação dos educadores sociais no Brasil, destacando os desafios resultantes da falta de regulamentação e das condições precárias de trabalho. A partir da metodologia dialógica, inspirada em Paulo Freire, são analisados dois textos principais: o de Silva (2009) e de Paulo e Trevisan (2022). Ambos os artigos exploram as ambiguidades da profissão e o impacto das condições adversas sobre a identidade desses profissionais. A partir dos nossos diálogos, ocorridos em setembro de 2024, sistematizamos as conversas e perguntas e respostas, trazendo à tona questões fundamentais sobre profissionalização, formação e sobre as tensões que permeiam o campo da educação social. A seguir, fazemos uma tentativa de responder à principal questão do artigo, além de explorarmos o objetivo central do diálogo realizado.

A ausência de uma regulamentação clara e a precarização das condições de trabalho fragmentam a identidade profissional dos educadores sociais e dificultam o reconhecimento de suas funções. Segundo Silva (2009), a desvalorização da profissão, representada por salários baixos e instabilidade dos programas sociais, gera frustração e resignação nos educadores, que se veem sem respaldo para o desenvolvimento de suas

atividades. A falta de formação específica e intersetorial também impede a construção de uma identidade profissional sólida, tornando os educadores vulneráveis às políticas públicas descontinuadas e ao caráter assistencialista muitas vezes imposto. A precariedade das condições de trabalho, associada à invisibilidade social desses profissionais, enfraquece a busca por uma regulamentação que valorize e reconheça seu papel transformador na sociedade.

A formação dos educadores sociais é fundamental para a construção de sua identidade, especialmente quando articulada com suas práticas cotidianas. Paulo e Trevisan (2022) destacam que a formação acadêmica deve integrar saberes teóricos e experienciais, promovendo uma educação crítica e dialógica, essencial para a atuação desses profissionais em contextos de vulnerabilidade. No entanto, as tensões entre teoria e prática, exacerbadas pela falta de regulamentação e condições precárias, impõem desafios à profissionalização. A troca entre educadores, realizada em setembro de 2024, revelou que a identidade profissional se constrói na intersecção entre a formação continuada e as experiências diárias. Nesse sentido, a formação não pode ser apenas acadêmica, mas precisa ser acompanhada de um processo contínuo de reflexão crítica e intersetorial, fundamental para que os educadores sociais desenvolvam competências que fortalecem sua prática e sua identidade em meio a demandas sociais desafiadoras.

Também, em nossas reflexões, destacamos a precariedade das condições de trabalho e a falta de regulamentação como fatores que fragilizam a identidade profissional dos educadores sociais no Brasil. A análise das nossas conversas e textos evidenciaram que a fragmentação dessa identidade é resultado direto da dificuldade de articular teoria e prática, agravada pela ausência de políticas públicas eficazes para a valorização e formação específica da categoria. Constatamos que a Educação Popular representa uma contribuição importante, ao promover uma prática pedagógica crítica, reflexiva e intersetorial, que fortalece tanto a identidade profissional quanto o papel transformador desses educadores na sociedade. Essas conclusões reafirmam a urgência de políticas públicas que assegurem condições de trabalho dignas, regulamentação clara e formação inicial e continuada, essenciais para consolidar a profissão e potencializar seu impacto social.

Territórios, periferias e cidades: perspectivas transformadoras na formação de educadores sociais³

O nosso diálogo pelo WhatsApp reflete como a prática de partilha de experiências pode contribuir para a construção de saberes e a consolidação da identidade profissional. Segundo Paulo (2023b), a formação dos educadores sociais deve integrar teoria e prática, considerando as especificidades das políticas sociais e das realidades vivenciadas nos territórios, articulando as políticas sociais, a Pedagogia dos Direitos Sociais e a Educação Popular intersetorial. Essa perspectiva reforça a importância de uma formação que valorize a prática reflexiva e o reconhecimento da dimensão política e ética da profissão. Ao enfrentar desafios como a falta de regulamentação e a precarização do trabalho, os educadores sociais consolidam sua identidade profissional ao atuar como agentes transformadores em contextos de vulnerabilidade, buscando promover uma educação comprometida com a justiça social.

Assim, a relação entre as cidades e os territórios educativos destaca a importância de políticas públicas que promovam a inclusão e o sentimento de pertencimento por meio da ocupação e valorização desses espaços. Segundo Moll, Barcelos e Dutra (2022), é fundamental pensar a cidade como um espaço de interação entre pessoas, políticas públicas e instituições, buscando o bem-viver e a construção de uma sociedade educadora. Nesse sentido, as cidades educadoras não são apenas um conceito teórico, mas um compromisso político que articula espaços formais e não formais de educação (Moll; Barcelos; Dutra, 2022). Da mesma forma, Perez, Antônio e Vaz (2023) reforçam que o reconhecimento do território na construção do currículo vivido fortalece a identidade das comunidades e fomenta o diálogo entre escola e cidade, promovendo a cidadania e a dignidade humana. Essa perspectiva integra a educação com outras práticas culturais e sociais, ressignificando o papel da escola e de outros espaços educativos formais e não formais que visam a transformação social (Perez; Antônio; Vaz, 2023).

Segundo Silva (2009) e Paulo (2023b), a falta de reconhecimento e valorização do educador social no Brasil é influenciada pelas ambiguidades e contradições de sua prática

³ Esta seção dialoga direto com os estudos e pesquisas realizados no âmbito da Rede Unitwin/Cátedra UNESCO Cidade que Educa e Transforma.

cotidiana em periferias. Essa construção é marcada pela precarização do trabalho e pela falta de regulamentação profissional, fatores que reforçam a desvalorização e uma sensação de impotência e resignação entre esses profissionais, importantes profissionais na atuação educativa nos territórios, marcados pelas especificidades socioculturais, econômicas e políticas locais. Em Moll, Barcelos e Dutra (2022), complementamos que a relação com os territórios em que atuam é essencial para a ressignificação do trabalho dos educadores sociais, especialmente em contextos de vulnerabilidade nas periferias. Esses territórios, muitas vezes negligenciados por políticas públicas, demandam práticas educativas que articulem teoria e prática, como defendido por Freire (1987), que enfatiza o papel político e transformador da educação. Por fim, conforme Perez, Antônio e Vaz (2023), afirmamos que a intersetorialidade e o fortalecimento de políticas públicas que valorizem o educador social são fundamentais para consolidar sua identidade e promover uma pedagogia intersetorial emancipatória, garantindo o direito à cidade com dignidade como princípio estruturante.

Aqui, enfatizamos que os educadores sociais são mediadores que articulam práticas pedagógicas não escolares (campo da educação social) em contextos específicos dos territórios. Eles trabalham para promover o pertencimento e a emancipação dos sujeitos, buscando combater a exclusão social mediante práticas educativas baseadas na Pedagogia dos Direitos Sociais. O conceito de Cidade que educa e transforma pode ser usado como um referencial importante, pois ressaltamos a necessidade de traduzir esse ideal em políticas intersetoriais concretas que atendam às demandas das periferias. A atuação dos educadores sociais é fundamental para que as periferias, territórios e cidades se tornem espaços de proteção, acolhimento, partilha de saberes e de democracia viva.

No entanto, o conceito de territórios, periferias e cidades que educam e transformam⁴ destaca a potencialidade transformadora dos espaços em que as práticas

⁴ O território, segundo Perez, Antônio e Vaz, 2023 (2023), é definido pelas especificidades socioculturais, econômicas e políticas que configuram as relações humanas em determinado espaço, sendo construído a partir de práticas cotidianas e de identidades locais. Já a periferia, conforme Moll, Barcelos e Dutra (2022), refere-se às áreas urbanas historicamente marginalizadas, marcadas pela precariedade de infraestrutura e serviços públicos, mas também por uma riqueza cultural e comunitária que pode ser mobilizada em práticas educativas transformadoras. Por sua vez, as cidades são vistas como espaços complexos e dinâmicos que abrigam múltiplas interações sociais, culturais e políticas, podendo ser compreendidas, como aponta Ens, Nagel e Withers (2021), como lócus educativos potenciais quando articuladas por políticas públicas inclusivas e participativas que promovam o direito à educação e à cidadania ativa.

pedagógicas e sociais se entrelaçam. Esses locais, marcados pela diversidade cultural e pelos desafios da vulnerabilidade social, tornam-se fundamentais para a construção de uma educação que transcende os limites escolares. As cidades educadoras, em particular, promovem a articulação de políticas públicas intersetoriais, como saúde, assistência social e educação, criando condições para o desenvolvimento de práticas pedagógicas críticas e emancipatórias. Nesse contexto, os educadores sociais assumem o papel de mediadores e agentes de transformação, trabalhando para construir uma sociedade mais justa e equitativa. Este artigo identifica que a identidade profissional do educador social está entrelaçada com a necessidade de formação pedagógica intersetorial com base na Educação Popular e que a sua atuação pode ser fortalecida por meio da interação com os territórios e periferias, entendidos como espaços educativos e transformadores.

ALGUMAS CONCLUSÕES

Este artigo discutiu a formação e profissionalização de educadores sociais, explorando as tensões entre teoria e prática, bem como os desafios enfrentados na construção de uma identidade profissional sólida em meio à precarização do trabalho. Ao refletir sobre as necessidades formativas e a socialização profissional desses educadores, o artigo contribui para o debate sobre a constituição de saberes, identidades e subjetividades no campo da docência, alinhando-se aos objetivos do dossiê ao abordar temas fundamentais como as políticas de formação e a valorização profissional.

O primeiro apontamento é acerca de textos produzidos por educadores sociais que estão imersos na prática cotidiana e são fundamentais para o avanço do debate sobre a profissão. Esses profissionais, ao compartilharem suas experiências e reflexões, oferecem uma visão autêntica dos desafios e das potencialidades do campo. Além disso, a escrita oriunda da prática educacional ajuda a contextualizar e validar as teorias acadêmicas, as resignificando conforme as realidades vivenciadas. O impacto dessas produções é duplo: de um lado, ajudam a fortalecer a identidade dos próprios educadores sociais; de outro, promovem uma maior conscientização pública e acadêmica sobre a relevância da profissão.

O segundo ponto é sobre o debate sobre a identidade e a profissionalização dos educadores sociais no Brasil que revela desafios significativos, como a falta de regulamentação, a precarização das condições de trabalho e a desvalorização da profissão. Esses fatores fragmentam a identidade desses profissionais, que enfrentam dificuldades para serem reconhecidos como agentes transformadores nas políticas públicas. As tensões entre teoria e prática, muitas vezes desarticuladas, resultam em uma construção identitária marcada pela frustração e impotência, conforme discutido por Silva (2009) e Paulo e Trevisan (2022). A necessidade de políticas públicas que promovam a formação continuada e o fortalecimento dessa categoria é urgente para superar esses obstáculos.

Assim, a formação acadêmica desempenha um papel crucial na construção da identidade do educador social, sobretudo no contexto brasileiro, em que a educação social, enquanto campo de atuação do educador social, ainda busca o reconhecimento desse espaço e da profissão de educadores sociais. A diferenciação entre ocupação e profissão destaca a importância de um processo formal de formação para garantir a autonomia teórica e prática, além de reconhecimento jurídico e social da profissão e campo de atuação que é educativo, mas não é escolarizado. No caso do educador social, a exigência de formação universitária é vista como essencial para assegurar que essa prática contribua efetivamente para a promoção dos direitos humanos e da cidadania, evitando a perpetuação de uma inclusão perversa que mantém os profissionais mal preparados e desvalorizados no contexto de trabalho.

A identidade do educador social, enquanto ocupacional, requer uma formação qualificada que vá além do ensino médio, de modo a garantir uma preparação adequada para lidar com as complexas demandas sociais. Ao regulamentar a profissão, como propõe o PL n.º 2941/2019, busca-se assegurar que esses profissionais sejam devidamente capacitados, ao mesmo tempo em que se reconhece a experiência daqueles que já atuam na área. A formação acadêmica, assim, é vista como um direito de cidadania que fortalece a identidade ocupacional do educador social e contribui para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

A profissionalização e a construção de uma identidade sólida para os educadores sociais no Brasil dependem de uma formação que integre teoria e prática, fundamentada nos princípios da Educação Popular. A luta pela regulamentação da profissão e a

valorização desses profissionais precisa ser fortalecida, não apenas para garantir seus direitos, mas para assegurar que sua atuação possa realmente transformar as realidades sociais em que estão inseridos. Somente com as políticas públicas que reconheçam o valor imaterial da Educação Social, será possível construir uma sociedade mais justa e solidária.

O maior desafio reside na precarização que afeta o cotidiano dos educadores sociais, limitando sua autonomia e capacidade de transformação. A ausência de regulamentação contribui para uma prática assistencialista e fragmentada, que carece de uma formação sólida e intersetorial. A invisibilidade desses profissionais no campo educacional e a falta de articulação com outras áreas das políticas sociais reforçam a marginalização dessa categoria. Além disso, o distanciamento entre o que é ensinado nos cursos de formação e as demandas reais do campo cria lacunas que impactam diretamente a prática desses educadores.

Para avançar no debate sobre a profissionalização, é importante introduzir novas categorias analíticas, como formação intersetorial e saberes experienciais reflexivos. A formação intersetorial, com base na Educação Popular, visa integrar saberes da saúde, assistência social e direitos humanos, oferecendo uma base sólida para que os educadores sociais possam atuar de forma mais abrangente e transformadora. Os saberes experienciais reflexivos, por sua vez, destacam a importância da reflexão contínua sobre as práticas cotidianas, permitindo que a teoria se articule com a realidade prática dos educadores sociais.

A articulação entre cidades, periferias e territórios que educam e transformam revela-se central para a formação e atuação dos educadores sociais, especialmente em contextos marcados pela vulnerabilidade social. Esses espaços são compreendidos como campos de prática pedagógica crítica, em que a construção da identidade profissional é continuamente ressignificada. Conforme discutido, o fortalecimento do diálogo intersetorial e a implementação de políticas públicas que valorizem a formação e a atuação desses profissionais são essenciais para consolidar a identidade do educador social como mediador e agente de transformação social. Ao reconhecer a Educação Popular como ato político-pedagógico, inspirado na concepção freiriana, reafirma-se o compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e democrática, na qual as cidades e os territórios sejam pilares fundamentais.

Por isso, o trabalho dos educadores sociais é indispensável para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Ao atuarem com práticas educativas enquanto mediadores pedagógicos de políticas sociais e defensores dos direitos humanos, esses profissionais desempenham um papel central na luta contra as desigualdades sociais e garantia de direitos. No entanto, para que possam exercer plenamente seu potencial transformador, é decisivo que seu trabalho seja reconhecido e valorizado, com melhores condições de formação e atuação. Apenas por meio de uma regulamentação adequada e de políticas públicas robustas será possível consolidar a identidade profissional dos educadores sociais, garantindo que sua prática tenha o impacto esperado na sociedade.

Convidamos os leitores a refletirem sobre os desafios identificados a partir do diálogo direto e das leituras dos dois artigos analisados em nossas conversas. A ausência de políticas públicas que regulamentem e valorizem a profissão dos educadores sociais, somada à falta de uma formação intersetorial adequada, revela-se como uma barreira significativa para a construção de uma identidade profissional sólida. Essa identidade, muitas vezes fragmentada, reflete as dificuldades de articular teoria e prática, além da carência de políticas de valorização, reconhecimento e de formação inicial ou continuada específica. No entanto, as contribuições da Educação Popular se mostram fundamentais nesse processo, oferecendo uma perspectiva crítica e libertadora que pode consolidar a profissão e fortalecer o papel transformador dos educadores sociais na sociedade. A partir dessa análise, convidamos a uma reflexão coletiva sobre como essas questões impactam a prática cotidiana e o futuro desses profissionais, buscando caminhos para a sua valorização e reconhecimento.

Por fim, convidamos os leitores a refletirem a partir das seguintes questões: **Quais estratégias podem ser adotadas para fortalecer a luta por formação específica do educador social associada à sua valorização, reconhecimento e identidade profissional? Como a prática educativa dos educadores sociais pode ser reconhecida como uma atividade educativa intersetorial e como um ato político e pedagógico?**

Encorajamos vocês, leitores, a compartilhar suas reflexões e experiências conosco, enriquecendo este debate com novas perspectivas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n.º 13.912**, de 24 de abril de 2024. Inclui a efeméride Dia da Educação Popular no Anexo da Lei n.º 10.904, de 31 de maio de 2010. Porto Alegre: Diário Oficial, 2024.

BRASIL. **Lei n.º 13.417**, de 4 de abril de 2023. Inclui as efemérides Dia Municipal das Educadoras e dos Educadores Sociais e Semana Municipal da Educação Social no Calendário de Datas Comemorativas de Porto Alegre. Porto Alegre: Diário Oficial, 2023.

BRASIL. Lei n.º 13.580, de 26 de dezembro de 2017. Institui no Brasil o Dia Nacional do Educador Social. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, 27 dez. 2017. v. 154, n. 247, p. 6. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13580-26-dezembro-2017-786017-publicacaooriginal-154636-pl.html>. Acesso em: 24 mar. 2025.

BRASIL. **Resolução CNAS n.º 9**, de 15 de abril de 2014. Ratifica e reconhece as ocupações e áreas de ocupações profissionais de ensino médio e fundamental do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social, 2014.

ENS, R. T.; NAGEL, J. S. O.; WITHERS, S. W. Cidades educadoras e teoria das representações sociais: contextos e interfaces. **Revista Intersaberes**, Curitiba, v. 16, n. 39, p. 1017–1033, 2021. DOI: 10.22169/revint.v16i39.2215. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/2215>. Acesso em: 24 mar. 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MOLL, J.; BARCELOS, R. G.; DUTRA, T. Cidades que educam e se educam: reconstruindo o olhar sobre a educação a partir dos territórios e das pessoas. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 16, n. 36, p. 713–717, 2022. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1702>. Acesso em: 24 mar. 2025.

PAULO, F. S. **Concepções de educação**: espaços, práticas, metodologias e trabalhadores da educação não escolar. Curitiba: Intersaberes, 2020.

PAULO, F. S. Formação de educadores sociais: Educação Popular, educação não escolar institucionalizada e práticas educativas. **Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos**, v. 5, n. 10, p. 65–80, 2023a. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rieja/article/view/17105>. Acesso em: 24 mar. 2025.

PAULO, F. S. **Aulas com cartas pedagógicas**: educação popular e educadores sociais. Porto Alegre: Livrologia, 2023b.

PAULO, F. S.; TREVISAN, E. Educador social e educador popular: pautas da formação acadêmico-profissional. **Revista Panorâmica**, v. 35, 2022. Disponível em:

<https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/view/1487>. Acesso em: 24 mar. 2025.

PEREZ, M. A.; ANTONIO, F. A.; VAZ, M. C. C. M. Currículo, território e comunidade: dimensões e princípios na cidade educadora. **Revista Fênix**, v. 20, n. 2, p. 265–284, 2023. DOI: 10.35355/revistafenix.v20i2.1405. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/1405>. Acesso em: 24 mar. 2025.

SILVA, G. H. Educador social: uma identidade a caminho da profissionalização? **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 479-493, set./dez. 2009. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7883411.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2025.

NOTA SOBRE A AUTORIA

Ambos são autores.

REVISÃO DO ARTIGO

Os próprios autores.

Recebido em: 27/11/2024

Parecer em: 22/01/2025

Aprovado em: 20/02/2025